

**HABEAS CORPUS Nº 570.213 - SC (2020/0078637-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : ALEXANDRO MARINA**  
**ADVOGADO : ALEXANDRO MARINA - SC033104**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE : WELLINTON LUIZ DE ASSUNCAO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WELLINTON LUIZ DE ASSUNÇÃO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no HC n.º 4029929-06.2019.8.24.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso preventivamente, em 28/01/2019, por supostamente integrar a organização criminosa PGC- Primeiro Grupo Catarinense.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 94-104.

No presente *writ*, a Parte Impetrante aduz, em apertada síntese, que há excesso de prazo para a formação da culpa e que a prisão preventiva do Paciente não possui fundamentação concreta, não estando preenchidos os requisitos legais exigidos.

Sustenta que o Paciente possui residência fixa e emprego lícito.

Requer, em liminar, que o Paciente aguarde em liberdade até o trânsito em julgado da condenação. No mérito, requer a revogação da prisão preventiva.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

A decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da configuração objetiva de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou

econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Ao deferir a representação da autoridade policial pela decretação da prisão preventiva do Paciente, o Juízo processante, ratificado pelo Tribunal de origem, consignou o que se segue (fls. 59-72; sem grifos no original):

*"Trata-se de Representação formulada pela Autoridade Policial (fls. 1516-1519) pela decretação das prisões preventivas de [...], Wellington Luiz de Assunção, [...]"*

**DECIDO.**

*De início, ressalto que, juntado aos autos o Inquérito Policial em 23/01/2019 e encaminhados ao Ministério Público em 23/01/2019, perdem efeitos as prisões temporárias em curso em 25/01/2019, quando finda o prazo.*

*Assim, oferecida a denúncia no último dia do prazo e uma vez que a Autoridade Policial representou pelas prisões preventivas dos denunciados, passo imediatamente à analisá-las.*

***I - Da prisão preventiva:***

*Com relação às hipóteses previstas no art. 313 do CPP, o crime ora apurado em relação aos representados acima nominados (art. 2º da Lei n. 12.850/13) é doloso e punidos com pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos. Destarte, verifica-se configurado o requisito do inciso I do referido artigo.*

*Quanto aos requisitos previstos no art. 312 do CPP, verifico estar presente o fumus commissi delicti, consistente na prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, caracterizados pelas provas documentais e orais colhidas no Inquérito Policial n. 540.18.000080, juntado à fls. 1523-2114, 2127-2136, 2139-2199, e especialmente pelos autos circunstanciados de fls. 76-176 e pelo relatório da autoridade policial de fls. 1499-1519.*

***Por sua vez, no que se refere ao periculum libertatis, a segregação cautelar dos Representados se justifica para a garantia da ordem pública, não só pela gravidade em concreto do crime ora apurado, considerada a alta periculosidade e lesividade das ações delitivas praticadas pela organização criminosa PGC no Estado de Santa Catarina - desde crimes de roubos, tráfico, porte de armas de grosso calibre, até homicídios e atentados contra a paz e a segurança públicas -, como também em razão das condições pessoais dos Representados, os quais supostamente integram a referida facção, o que, por si só, evidencia o maior grau de periculosidade de suas condutas.***

***Extrai-se da extensa, complexa e detalhada operação policial desencadeada pela Autoridade Policial da Divisão de Investigação Criminal de Palhoça/SC, elementos indiciários suficientes de que os representados integram de forma ativa a organização criminosa Primeiro Grupo Catarinense-PGC, dedicando-se ao tráfico de drogas como principal atividade do grupo e fazendo uso de armas de fogo.***

*Segundado relatado pela autoridade policial, fora encontrado*

aparelho celular na galeria C da Colônia Penal Agrícola em Palhoça, o qual apresentava conteúdos referentes ao grupo criminoso Primeiro Grupo Catarinense – PGC (termo de apreensão de fl. 1.528).

Em análise do aparelho apreendido, constatou-se, em relação a arquivo do aplicativo Whatsapp, discussão de assuntos da facção PGC na Colônia Penal Agrícola da Palhoça. Na ocasião, foram identificados os internos Jhones Ramos, vulgo 'alemão, alemãozinho' e o interno Marcos Joaquim Pereira de Souza, vulgo 'orelha'.

Marcos Joaquim Pereira de Souza, identificado como usuário do aparelho apreendido (fls. 93-95), repassa aos internos que o segundo ministério do PGC, situado no COPE, com a denominação nas mensagens de 'torre da facção', solicita os dados de todos os integrantes que se encontram na unidade, como nome completo, vulgo, data de entrada na facção, nome dos padrinhos e local onde atua, com o intuito de se criar matrículas individuais aos faccionados.

Foi possível identificar o cadastro, através de arquivos enviados por Jhones Ramos a Marcos Joaquim Pereira de Souza, dos seguintes internos: [...], Wellinton de Assunção, [...]

Ainda, segundo a autoridade policial, nas pastas de armazenamento do aparelho celular analisado foram encontrados diversos documentos sobre as regras implementadas nas unidades prisionais e o estatuto do crime.

Os investigados já foram devidamente individualizados na decisão de fls. 180-198, onde se transcreveram as ocorrências policiais nas quais já se envolveram. Reporto-me à referida decisão para evitar repetição.

**Acerca dos antecedentes criminais dos acima indicados, passo a expor:**

[...]

**Wellinton Luiz de Assunção: possui condenação criminal por tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo de uso permitido e roubo (fls. 2312-2314)**

[...]

A autoridade policial, diante das prisões temporárias cumpridas, interrogou os investigados que se encontravam detidos em razão do deferimento da representação, bem como aqueles em regime de cumprimento de pena no sistema prisional.

Os interrogados, em sua maioria, sustentam que os presos, assim que recolhidos no estabelecimento prisional Colônia Penal de Palhoça, devem informar imediatamente os seus dados, como nome completo, endereço e tipo de crime praticado, tratando-se, pois, de uma obrigação que não os vincularia à facção criminosa PGC.

Em oposição, os investigados Paulo César Metzner e Diego Farias de Lima confessam ciência da criação de cadastro dos internos faccionados.

Relatam que o objetivo era o envio da nominata à alta cúpula da facção, que se encontra na Penitenciária São Pedro de Alcântara, para criação de matrículas aos membros do Primeiro Grupo Catarinense –

PGC.

*Referidos investigados esclareceram, ainda, em interrogatório, que o termo data de batismo não se trata de batismo religioso, mas, sim, de referência à data de ingresso na facção.*

*Nesse contexto, resta demasiadamente evidenciada a necessidade da segregação de 63 (sessenta e três) representados, visando acautelar a ordem pública, justificada pela gravidade concreta dos delitos, cuja prática acarreta danos a toda a sociedade, e periculosidade dos envolvidos, aliada a probabilidade de que, em liberdade, continuarão a desempenhar suas funções na organização criminosa PGC, praticando as mais variadas espécies de crimes em nome da facção.*

[...]

*A prisão preventiva também se justifica, no caso, por conveniência da instrução criminal, evitando que os representados exerçam qualquer tipo de influência que possa frustrar a produção de provas, seja eliminando objetos do crime ou até coagindo testemunhas.*

*Por fim, ressalto que os denunciados sequer comprovaram desenvolver atividades lícitas e possuírem residência fixa no distrito da culpa, o que, de todo o modo, ainda que demonstrado, não afastaria a presença dos demais requisitos autorizadores da prisão preventiva.*

[...]

*Diante dessas circunstâncias, não há dúvidas de que estão presentes as razões que justificam a prisão preventiva, previstas no art. 312 do CPP, diante da necessidade de se resguardar a ordem pública.*

*Pelos mesmos fundamentos, resta inviabilizada a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no artigo 319 do CPP, pois entendo que, por ora, nenhuma delas daria conta de acautelar a ordem pública, obstar a reiteração das práticas delitivas, bem como garantir a instrução criminal e a aplicação da lei penal.*

*Diante do exposto, com amparo nos arts. 312 e 313, I, do Código de Processo Penal, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA dos denunciados:*

[...] 6. Wellinton Luiz de Assunção,[...]"

Como se percebe, os fundamentos da decisão que mantém a prisão preventiva do Paciente, em razão da necessidade de garantia da ordem pública, não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente quando ressaltam **a gravidade concreta da conduta** – demonstrada pelo suposto envolvimento do Acusado em organização criminosa – a revelar, aparentemente, sua **periculosidade**.

Segundo precedentes desta Corte Superior, considera-se idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva em razão de haver indícios da participação do réu em organização criminosa.

Exemplificativamente, cito o seguinte julgado:

"HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO COOPER-SUZAN. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º, C/C OS §§ 2º E 3º DA LEI N. 12.850/2013), TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM (ARTS. 33 E 35 DA LEI 11.343/2006). EXCESSO DE PRAZO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. NÃO OCORRÊNCIA. IDONEIDADE DA PRISÃO PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não há falar em excesso de prazo para o término da instrução processual, pois eventual retardo se deve à complexidade do feito e pluralidade de réus, com advogados diferentes. O Magistrado de piso vem conduzindo com zelo a demanda, empreendendo esforços para imprimir ritmo razoável, e já existe audiência de instrução e julgamento designada.

2. Para a decretação da prisão preventiva é imprescindível a comprovação da existência do crime e indícios suficientes de sua autoria, bem como a existência de fundamentação concreta, o que na espécie, ocorreu.

3. Inexiste ilegalidade na decisão que decreta a prisão preventiva para garantia da ordem pública com base em elementos concretos aptos a revelar a real necessidade de interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. Precedentes.

4. No caso, a custódia cautelar foi decretada e mantida ante a presença dos indícios de autoria e a prova da materialidade dos delitos e a gravidade concreta das condutas imputadas ao paciente, que estaria integrando extensa rede criminosa de alta periculosidade, relacionada, inclusive, ao tráfico ilícito de drogas, e teria posição hierárquica de comando na facção.

5. Ordem denegada." (HC 458.934/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019.)

Ademais, aparentemente, a constrição tem base empírica idônea também em razão da observação de que o Paciente é reincidente, pois o entendimento desta Corte é o de que o anterior cometimento de crimes constitui circunstância que legitima a prisão processual, **notadamente para assegurar a ordem pública.**

Quanto ao alegado excesso de prazo, ressalte-se que o Tribunal de origem, ao afirmar a marcha regular do processo, deixou consignado o que se segue (fls. 97-99; sem grifos no original.):

*"Quanto ao alegado excesso de prazo na formação da culpa, razão não socorre ao impetrante.*

*Cediço que a questão é de ser analisada à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando-se em consideração as circunstâncias do caso concreto.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Nos termos do entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, 'a aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória, mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal' (Habeas Corpus n. 359.508/PE, rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, j. em 23-8-2016).*

***No caso aqui versado, a conclusão da instrução processual dentro do prazo processual estabelecido na lei não ocorreu por uma questão de inércia injustificada do magistrado.***

***Malgrado sustente o impetrante a demora para realização dos atos processuais e conclusão da instrução, verifica-se que a realidade é outra.***

***Deveras, compulsando os autos de n. 0012378-46.2018.8.24.0023, nota-se que, como muito bem destacou o juiz a quo na data de 17 de setembro de 2019, se está diante de processo complexo, com 63 (sessenta e três) acusados, o qual exige uma grande variedade de atos processuais, contando atualmente com mais de 5 (cinco) mil laudas, contudo, que tem seguido marcha célere, uma vez que a denúncia foi recebida na data de 25 de janeiro de 2019 (fls. 2449-2469), com a decretação da prisão preventiva (fls. 2464-2465), e o feito encontra-se em fase de inquirição de testemunhas, as quais serão realizadas no corrente mês de outubro de 2019, nos termos da decisão de fls. 5823-5825.***

*A propósito, colhe-se das lições de Renato Brasileiro de Lima:*

*Natureza do prazo para o encerramento do processo e princípio da proporcionalidade: com o incremento da criminalidade no país, e a crescente e conseqüente complexidade dos processos criminais, consolidou-se perante os Tribunais Superiores o entendimento de que o prazo para a conclusão da instrução processual de réu preso não tem natureza absoluta, podendo ser dilatado com fundamento no princípio da proporcionalidade (ou razoabilidade), seja em virtude da complexidade da causa, seja em face da pluralidade de réus envolvidos no fato delituoso. Portanto, não é o simples somatório aritmético dos prazos abstratamente previstos na lei processual penal que servirá de balizamento para fins de excesso de delimitação de prazo na formação da culpa. Dependendo da natureza do delito e das diligências necessárias no curso do processo, é possível, então, que eventual dilação do feito seja considerada justificada. (Código de Processo Penal comentado. – 3. ed. rev. e atual. – Salvador: Juspodivm, 2018. p. 916).*

*Logo, ao menos por ora, não vislumbro excesso de prazo hábil a caracterizar constrangimento ilegal, posto que a segregação perdura por aproximadamente 1 (um) ano, o que por certo, não incorre em excesso de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*prazo para o término da instrução, considerando as particularidade do caso concreto como sobredito."*

Com efeito, ao que parece, trata-se de processo complexo, que se dá diante de uma pluralidade inconteste de réus (63) e de atos processuais e que busca a investigação de inúmeros crimes praticados no âmbito de uma complexa e estruturada organização criminosa, de modo que, em uma análise preliminar, o processo não se encontra paralisado.

Dessa forma, *primo ictu oculi*, não se constata as patentes ilegalidades sustentadas pela Defesa – o que obsta o acolhimento da pretensão urgente formulada.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, devendo ser acompanhadas da senha ou a chave de acesso para consulta dos andamentos dos procedimentos referentes aos presentes fatos, caso sejam necessárias.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora